

Empresários apostam na recuperação da credibilidade

Para os empresários, o ponto mais positivo do acordo assinado ontem é a possibilidade de o Brasil reconquistar a confiança da comunidade financeira internacional — e com isso obter créditos no Exterior. Na opinião do presidente da Câmara Americana de Comércio, Jan Orowadowski, além de ajudar a reativar projetos de empresas estrangeiras que estavam arquivados, também serão facilitadas as negociações das filiais de multinacionais aqui instaladas com as suas matrizes, em busca de mais recursos. Na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), a notícia foi bem recebida. Mas o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Jacy Mendonça, alerta para a necessidade de se oferecer maior segurança aos investidores estrangeiros.

O presidente da Câmara Americana de Comércio só lamentou o tempo que levou para se chegar a uma solução: durante os anos em que o Brasil deixou de pagar os juros da dívida externa foram perdidas várias oportunidades de investimentos no País — e muito dinheiro deixou de ser aplicado no Brasil. “A credibilidade no Exterior, tanto do governo como das empresas, foi afetada, mas isso pode ser revertido se um item como esse é eliminado”, pondera.

Orowadowski não avalia de imediato o montante de recursos que poderão entrar no País, com essa nova postura do governo brasileiro. “Isso vai variar de empresa para empresa, mas vários projetos poderão ser desarquivados, de empresas que ainda não operam aqui e espera-

vam por uma solução desse tipo”, observa. Também muda a perspectiva dos investimentos das multinacionais aqui instaladas, na sua avaliação.

Para Horácio Cherkasski, diretor-financeiro da Klabin e presidente da Associação das Indústrias de Papel e Celulose, “já estava na hora de o Brasil esquecer que, mesmo se recusando a pagar a dívida, conseguiria obter novos empréstimos”. Ele reforça que, com a recusa sistemática do País em negociar com os credores, desde a gestão de Dílson Funaro no extinto Ministério da Fazenda, o País não se aproximava do Primeiro Mundo — na verdade, estava caminhando no sentido inverso.

Cherkasski lembra que a partir de agora o governo precisa pensar em estimular as exportações para fazer frente aos compromissos financeiros assumidos com os credores. O desembolso imediato de US\$ 900 milhões não deverá ter um grande impacto sobre a economia brasileira, na avaliação do diretor do Departamento de Economia da Fiesp, Sergio Bergamini. Mas desde que as autoridades brasileiras examinem com cuidado as contas do setor público.

Se o País tiver de emitir moeda para adquirir as reservas necessárias e remetê-las ao Exterior, como pagamento da dívida, pode haver um risco de explosão inflacionária, como ressaltou o empresário Aldo Lorenzetti. Ele também enfatizou que, antes de louvar o acordo, é preciso ver se haverá mesmo uma mudança de postura da comunidade financeira internacional em relação a novos empréstimos para o País.